

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenasas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

Taxar ultraprocessados pode reduzir doenças crônicas e mortes

Mantido no ritmo atual, o ganho de peso da população adulta brasileira deve levar ao surgimento de 10 milhões de novos casos de doenças crônicas evitáveis – como diabetes, hipertensão e doenças cardiovasculares – entre 2024 e 2044. Nessas duas décadas, estima-se que a proporção de adultos com sobrepeso no país passe de 57% para 75%, resultando em cerca de 1 milhão de mortes.

Diante desse cenário, o epidemiologista Leandro Rezende e sua equipe na Universidade Federal de São Paulo simularam o impacto que a imposição de taxas sobre os alimentos ultraprocessados poderia gerar na saúde da população. Os ultraprocessados são uma categoria de alimentos industrializados aos quais são adicionados altos teores de açúcar, gordura e sal com a finalidade de aumentar sua durabilidade ou palatabilidade.

Os resultados, publicados no *American Journal of Preventive Medicine*, mostram que cobrar mais por esses alimentos gera um efeito protetivo proporcional ao tributo. Impor uma taxa de 10% pode restringir a 67% o total de adultos com sobrepeso em 2044, evitando 526 mil casos de doenças e 71 mil mortes. Se a taxação chegasse a 50%, a frequência de sobrepeso baixaria para 50%, prevenindo 1,8 milhão de adoecimentos.

Segundo Rezende, o estudo avança ao estimar o impacto sobre o conjunto dos alimentos ultraprocessados, e não sobre itens isolados, como as bebidas açucaradas. Como o efeito da alimentação depende do padrão geral, ações voltadas a toda a categoria tendem a apresentar maior eficácia na redução do excesso de peso.

Especialistas ressaltam, contudo, que a tributação não resolve o problema isoladamente. A resposta ao aumento de preços depende do ambiente alimentar e de condições sociais. Para maximizar os resultados, a taxação deve vir acompanhada de políticas públicas complementares, como subsídios a alimentos in natura, regulação da publicidade e ações de educação alimentar que tornem as escolhas saudáveis mais acessíveis a toda a população.

Internet: <revistapesquisa.fapesp.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 1 No período “estima-se que a proporção de adultos com sobrepeso no país passe de 57% para 75%”, o segmento “que a proporção de adultos com sobrepeso passe de 57% para 75%” exerce a função sintática de sujeito da forma verbal “estima”.
- 2 Depreende-se do texto que a imposição de uma taxa de 10% sobre os alimentos ultraprocessados seria capaz de reduzir em 67% o número absoluto de adultos com sobrepeso no Brasil, no ano de 2044.
- 3 Os vocábulos “ultraprocessados”, “hipertensão” e “cardiovasculares”, presentes no texto, estão grafados em estrita conformidade com as regras do Acordo Ortográfico vigente.
- 4 A expressão “in natura” é empregada no último parágrafo para designar produtos em seu estado natural. Assim, a sua substituição pela expressão **não processados** preservaria a correção gramatical, a coerência e o sentido original do texto.
- 5 A substituição de “ações voltadas a toda a categoria” por **ações voltadas à toda a categoria** preservaria a correção gramatical do texto, haja vista a regência da forma verbal “voltar”.
- 6 No fragmento “ações de educação alimentar que tornem as escolhas saudáveis mais acessíveis a toda a população.”, a forma verbal “tornem” está flexionada no plural para concordar com o termo “políticas públicas complementares”, que funciona como núcleo do sujeito da oração adjetiva introduzida pelo pronome relativo “que”.
- 7 Sem prejuízo para a correção gramatical e mantendo-se a coerência do texto, o segmento inicial “Mantido no ritmo atual” poderia ser reescrito como **Caso seja mantido no ritmo atual**, alteração que explicitaria a circunstância de condição subjacente à oração reduzida de particípio original.
- 8 No trecho “Se a taxação chegasse a 50%, a frequência de sobrepeso baixaria para 50%”, a forma verbal “baixaria” encontra-se flexionada no futuro do pretérito do modo indicativo para exprimir uma ação factual, plenamente realizada e consumada no passado.

Texto para os itens de 9 a 16.**Conselho de Ética, compliance e soberania popular: difícil de equilibrar**

A integridade do mandato eletivo constitui premissa básica para uma democracia sustentável. No Brasil, a fiscalização interna é exercida pelos Conselhos de Ética e Decoro Parlamentar, que desempenham papel central na manutenção da integridade institucional.

A análise da responsabilidade não pode ser restrita ao processamento de denúncias. Pelo contrário, deve contemplar a equação complexa que envolve a disciplina interna, a observância de normas de conduta profissional e o principal: o respeito à soberania popular, que também não merece ser absoluta.

O rito processual é juridicamente formal, visando garantir o contraditório e a ampla defesa. Os elementos inerentes ao devido processo legal, mesmo em foros *interna corporis*, devem ser observados. Mas como manter o equilíbrio entre a técnica e a vontade das urnas, respeitando critérios mínimos de moralidade?

A responsabilidade primária do Conselho é o estabelecimento de um juízo de fato e de direito sobre a violação do decoro. Contudo, o sistema confronta-se com um risco estrutural: a subsunção do juízo ético pelo juízo político. O compliance surge, assim, como uma necessidade inadiável, exigindo a adoção de mecanismos internos que garantam a conformidade e a transparência.

O compliance demandaria a criação de regras claras de conflito de interesses, estabelecendo um sistema rigoroso de registro e divulgação de interesses, assegurando que o mandato não se utilize para ganho privado. Exigiria, ainda, a transparência patrimonial, mediante a fiscalização efetiva do uso de verbas, garantindo a probidade na gestão dos recursos públicos. Embora os órgãos de controle já exerçam essas funções, é necessário estimular uma cultura que transforme o Código de Ética em um estilo de governança, e não apenas de punição.

Por último, a integridade do sistema é sustentada por três pilares que devem permanecer em equilíbrio. A responsabilidade do Conselho de Ética deve ser a de instruir processos com rigor técnico e isenção. O compliance deve atuar de forma preventiva e estrutural. A soberania popular deve ser o limite, assegurando que o ato extremo da sanção se motive pela ofensa grave ao decoro, e não pela disputa de poder. Dessa forma, a manutenção desse equilíbrio tridimensional é um imperativo constitucional.

Internet: <veja.abril.com.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 9 No trecho “a subsunção do juízo ético pelo juízo político”, o vocábulo “subsunção” equivale semanticamente a autonomia, indicando que a avaliação ética deve sobrepor-se e independer das injunções políticas.
- 10 Suponha-se que um advogado do CREF-21, ao fundamentar parecer sobre a implantação de um programa de compliance, redigiu o seguinte trecho: “Faz-se mister a implementação de regras que obstem o uso do cargo para fins privados, haja vista que a conduta ética dos inscritos deve ser ilibada.”. Nesse caso, é correto afirmar que o texto emprega redação formal, coesa e condizente com o padrão culto exigido em documentos técnicos institucionais.

- 11 No trecho “A responsabilidade primária do Conselho é o estabelecimento de um juízo de fato e de direito sobre a violação do decoro”, o isolamento da expressão “de fato” por meio de vírgulas alteraria o sentido do texto original e acarretaria incorreção gramatical ao período.
- 12 No fragmento “assegurando que o mandato não se utilize para ganho privado”, o vocábulo “se” exerce a função de pronome reflexivo, indicando que o mandato realiza uma ação sobre si mesmo.
- 13 Na construção “Embora os órgãos de controle já exerçam essas funções, é necessário estimular uma cultura que transforme o Código de Ética em um estilo de governança, e não apenas de punição.”, a seguinte reescrita do trecho manteria a correção gramatical, mas alteraria o sentido do texto: **Ainda que os órgãos de controle já realizem essas funções, é necessária uma cultura que transforme o Código de Ética em um estilo de governança, e não somente de sanção.**
- 14 No trecho “Mas como manter o equilíbrio entre a técnica e a vontade das urnas, respeitando critérios mínimos de moralidade?”, o emprego do sinal de interrogação constitui um recurso retórico que visa engajar o leitor na reflexão central do texto, introduzindo o dilema a ser desenvolvido nos parágrafos subsequentes.
- 15 No período “Pelo contrário, deve contemplar a equação complexa que envolve a disciplina interna, a observância de normas de conduta profissional e o principal: o respeito à soberania popular, que também não merece ser absoluta.”, o segmento introduzido pelos dois-pontos “o respeito à soberania popular” exerce a função sintática de adjunto adnominal do termo antecedente “o principal”.
- 16 No trecho “assegurando que o ato extremo da sanção se motive pela ofensa grave ao decoro”, o vocábulo “que” exerce a função de pronome relativo, introduzindo uma oração que restringe o sentido do termo que o antecede.

Durante 10 dias consecutivos, Dalila registrou a quantidade de águas-vivas avistadas em uma enseada. Ao reunir as suas anotações, percebeu que havia perdido o registro do 10º dia, mas lembrava que a média das quantidades observadas nos 10 dias havia sido igual a 12. Nos 9 primeiros dias, os registros, em ordem, foram 7, 10, 12, 15, 9, 14, 11, 13 e 16.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 17 No 10º dia, Dalila avistou 13 águas-vivas.
- 18 A mediana da quantidade de águas-vivas avistadas foi igual a 13.
- 19 A moda da quantidade de águas-vivas avistadas foi igual a 12.
- 20 Caso o maior registro fosse substituído por 6, a média dos 10 registros diminuiria em uma unidade.

Quanto aos anagramas da palavra PISTACHE, julgue os itens a seguir.

- 21 Podem ser formados 40.320 anagramas distintos.
- 22 Há 10.080 anagramas que começam com a letra P ou terminam com a letra E.
- 23 O número de anagramas em que as 3 vogais aparecem em posições consecutivas é igual a 4.320.
- 24 Em exatamente 10.080 anagramas, a letra P aparece antes da letra I.

Havia 2 castelos que se comunicavam entre si por meio de corvos mensageiros. Durante 5 dias consecutivos, foram enviadas, ao todo, 180 mensagens. As quantidades de mensagens enviadas diariamente, em ordem crescente, formaram uma progressão aritmética. Sabe-se, ainda, que um quinto da soma das quantidades enviadas nos 3 últimos dias era igual à soma das quantidades enviadas nos 2 primeiros dias.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 25 No primeiro dia, foram enviadas 10 mensagens.
- 26 A razão da progressão aritmética é igual a 14.
- 27 No 4º dia, foram enviadas 30 mensagens a mais do que no segundo dia.
- 28 Nos três últimos dias, foram enviadas, ao todo, 150 mensagens.



ANOTAÇÕES

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o mouse esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do mouse; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

A respeito dos conceitos fundamentais de informática, da organização da informação e da transformação digital, julgue os itens a seguir.

- 29 O sistema operacional integra a categoria de software do fabricante e, entre suas funções, estão a administração de arquivos, o controle dos periféricos e a execução de utilitários.
- 30 A substituição de um teclado por outro modelo altera exclusivamente um componente de hardware, sem modificar, por si só, o software do computador.
- 31 A compactação de arquivos pode contribuir para a redução do espaço ocupado em disco, sem alterar a organização desses arquivos em pastas e subpastas.
- 32 A existência de cópias de segurança elimina a necessidade de adoção de outras medidas de proteção da informação, como o antivírus e o controle de acesso.

Quanto à computação em nuvem, à inteligência artificial e aos conceitos fundamentais de informática, julgue os itens a seguir.

- 33 A elasticidade da computação em nuvem permite que a quantidade de recursos computacionais disponíveis para uma aplicação seja aumentada ou reduzida conforme a variação da demanda, sem exigir que a infraestrutura permaneça dimensionada para o pico de utilização durante todo o tempo.
- 34 A utilização de inteligência artificial pressupõe, obrigatoriamente, que todas as decisões do sistema sejam tomadas sem qualquer intervenção humana.
- 35 Na computação em nuvem, o acesso aos serviços é realizado por meio da rede, usando mecanismos padronizados, possibilitando a sua utilização por diferentes tipos de dispositivos compatíveis.
- 36 A computação em nuvem elimina a necessidade de gerenciamento de recursos computacionais pelo provedor, uma vez que todo o controle da infraestrutura passa a ser realizado exclusivamente pelo consumidor.

Acerca dos sistemas operacionais, das redes de computadores, dos serviços de Internet e do gerenciamento da informação, julgue os itens a seguir.

- 37 Uma organização pode manter uma intranet mesmo que esta não esteja conectada à Internet, desde que utilize tecnologias de rede para comunicação interna.
- 38 Uma extranet caracteriza-se por disponibilizar, obrigatoriamente, todos os recursos internos de uma organização para acesso público pela Internet.
- 39 Os navegadores modernos permitem que um mesmo usuário mantenha diversas páginas abertas simultaneamente por meio de abas, sem que cada página precise ser executada em uma janela independente.
- 40 Uma rede corporativa pode utilizar simultaneamente serviços acessíveis apenas a seus colaboradores e serviços disponibilizados ao público pela Internet, sem que isso descaracterize sua intranet.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

De acordo com a Lei Federal nº 9.696/1998, julgue os itens a seguir.

- 41 Os profissionais inscritos no CREF-21 realizam a escolha dos conselheiros por meio de voto, em eleição direta.
- 42 Dos valores recebidos pelo CONFEF por conta dos pagamentos das anuidades, 20% será, obrigatoriamente, destinado ao Fundo de Desenvolvimento dos CREFs.
- 43 Cabe ao CREF-21 receber 80% dos valores arrecadados por meio do pagamento das taxas devidas pelos profissionais e pelas pessoas jurídicas.
- 44 Os CREFs não realizam inscrição, no quadro de profissionais, dos indivíduos que possuem diploma obtido em curso de licenciatura em educação física.
- 45 Suponha-se que o CREF-21 realizou uma fiscalização em uma academia na cidade de São Luís-MA. Nesse caso, é correto afirmar que o órgão possui competência para realizar fiscalizações de natureza empresarial ou sanitária e aplicar sanções nessas áreas, quando constatadas irregularidades.
- 46 Ao CONFEF compete a edição dos atos necessários à fiscalização do exercício profissional.
- 47 Suponha-se que um CREF esteja em graves condições de gerenciamento administrativo e financeiro. Nesse caso, é correto afirmar que caberá ao CONFEF intervir em sua atuação, se considerada indispensável a intervenção para o restabelecimento da normalidade.

Em relação ao Código de Ética Profissional do Sistema CONFEF/CREFs, julgue os itens seguintes.

- 48 Suponha-se que um profissional de educação física tenha conhecimento de que o seu irmão, também profissional dessa área, esteja atuando com o registro suspenso. Nesse caso, é correto afirmar que é seu dever orientá-lo corretamente, sem denunciá-lo ao CREF.
- 49 Suponha-se que um professor de natação tenha verificado que uma criança, reiteradamente, vinha demonstrando falta de confiança em suas aulas, pois ela não galgava avanços e demonstrava-se desconfortável. Nesse caso, é correto afirmar que, de acordo com o Código de Ética, esse professor deve renunciar às funções com essa criança.
- 50 Poderá o profissional de educação física, devidamente registrado, prestar serviços eventuais, sem caráter permanente, devendo ser remunerado por isso, conforme condições previamente definidas à execução do trabalho.
- 51 O profissional de educação física deve, em sua atuação, observar as normas expedidas pelo Sistema CONFEF/CREFs, bem como cumprir com princípios da moral individual, social e profissional.
- 52 O profissional de educação física tem o direito de aceitar encargos somente quando julgar-se capaz de apresentar desempenho seguro para si.
- 53 Na aplicação de multas para quem infringir as disposições do Código de Ética, concernente ao valor, será observado como limite máximo o equivalente a dez anuidades.
- 54 Cabe ao CREF-21 analisar e deliberar sobre as situações não previstas no texto do Código de Ética.

Com base no Regimento Interno do CREF-21 – Resolução nº 037/2023 –, julgue os itens a seguir.

- 55 Os processos pautados em reunião de plenário serão julgados por ordem numérica crescente.
- 56 Suponha-se que um conselheiro tenha sido designado para ser o relator de um processo administrativo. Nesse caso, é correto afirmar que esse conselheiro, se for considerado impedido, tem até o término da reunião de distribuição para declarar seu impedimento.
- 57 O relator de um processo administrativo que não analisar e redigir o relatório em 60 dias poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que devidamente fundamentado, por igual período.
- 58 Dada a ciência do conteúdo do relatório em reunião plenária, cada conselheiro regional poderá requerer esclarecimentos acerca do processo.
- 59 Suponha-se que o relator responsável de um processo administrativo ainda não encaminhado tenha entrado em licença. Nesse caso, é correto afirmar que o processo ficará suspenso durante o período de afastamento do relator.
- 60 Iniciado o julgamento de processo, caberá ao presidente do plenário a leitura do relatório.
- 61 A deliberação sobre o resultado do julgamento de um processo deverá constar na ata da reunião do plenário.
- 62 Suponha-se que, na semana posterior à proclamação da conclusão de um processo, um conselheiro releu o documento em inteiro teor. Nesse caso, é correto afirmar que, caso tenha percebido novas evidências, o seu voto poderá ser alterado, desde que devidamente fundamentado e aprovado pelo presidente do CREF-21.
- 63 Cabe ao CREF-21 exercer funções disciplinares no estado do Maranhão.
- 64 O CREF-21 tem competência para inscrever em dívida ativa os débitos de taxas e de multas a ele devidos.
- 65 O conselheiro suplente que, devidamente convocado, substituir um membro titular em reunião de plenário, participará dela com todas as prerrogativas, exceto o voto, não lhe cabendo esse direito enquanto membro substituto.
- 66 A pauta de reunião do plenário será definida pela diretoria do CREF-21, no mínimo, dez dias antes de sua realização, e será distribuída aos conselheiros regionais até o 10º dia anterior à reunião.
- 67 O plenário do CREF-21, com a presença da maioria absoluta de seus membros, possui competência para homologar as suas eleições.
- 68 A discussão e a aprovação das atas de reuniões anteriores será o primeiro trabalho a ser realizado assim que for aberta a reunião do plenário.
- 69 À câmara de registro compete, especificamente, manter o cadastro dos cursos de graduação em educação física do Brasil.
- 70 A diretoria do CREF-21 é constituída por um presidente, um vice-presidente, dois secretários e dois tesoureiros.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A história constitucional parece, efetivamente, ensinar que, tanto na praxis política cotidiana quanto nas questões fundamentais do Estado, o poder da força afigura-se sempre superior à força das normas jurídicas, que a normatividade se submete à realidade fática.

LASSALLE apud HESSE, 1959 (com adaptações).

Considerando esse excerto, julgue os itens a seguir.

- 71** O excerto refere-se ao conceito político, enquanto concepção de constituição.
- 72** Consoante a concepção expressa no excerto, a capacidade de regular e de motivar de uma constituição jurídica está limitada à sua compatibilidade com a constituição real, a qual é produto da correlação de forças que resulta dos fatores reais de poder.
- 73** O poder constituinte derivado classifica-se em reformador, revisor e decorrente, cada um com sentido específico de modificar o próprio texto constitucional.
- 74** Deve ser considerada materialmente constitucional qualquer norma incluída na constituição escrita, desde que seguido o rito estabelecido pelo poder constituinte.

Acerca da organização do Estado e da Administração Pública na Constituição Federal de 1988 (CF/1988), julgue os itens a seguir.

- 75** A laicidade do Estado brasileiro está consagrada na vedação para estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança.
- 76** As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são consideradas bens da União.
- 77** Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- 78** Não se enquadram no teto remuneratório constitucional as verbas indenizatórias que estejam previstas em lei ordinária federal, de caráter nacional, com eficácia para todos os poderes e órgãos constitucionalmente autônomos.

O processo legislativo tem matriz prevista na CF/1988 e exige a participação de diversos órgãos e poderes para se efetivar. Com base nessa informação, julgue os itens a seguir.

- 79** A lei passa a ter existência jurídica com o ato de sanção, prerrogativa privativa do presidente da República.
- 80** Afronta a iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo a normatização de direitos dos servidores públicos em lei orgânica de município.
- 81** No Brasil, impera o modelo de iniciativa popular vinculante.
- 82** A lei complementar federal exige aprovação tanto na Câmara dos Deputados, quanto no Senado Federal, por maioria simples de votos.

Acerca do regime jurídico-administrativo e dos princípios da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 83** A supremacia do interesse público sobre o privado e a indisponibilidade do interesse público constituem as pedras de toque do regime jurídico-administrativo.
- 84** O princípio da legalidade traduz-se em vinculação negativa ao administrador público.
- 85** O princípio da publicidade veda o caráter reservado de sessões em processo administrativo disciplinar.
- 86** O princípio da continuidade veda a interrupção de serviço público, admitido no caso de inadimplemento do usuário.

Considerando as hipóteses legais de contratação direta, na forma estabelecida pela Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

- 87** O rol de inexigibilidade de licitações é exemplificativo.
- 88** A inexigibilidade é incompatível com a fase de estimativa de despesa.
- 89** Admite-se a dispensa de licitação quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- 90** A aquisição de medicamentos destinados exclusivamente ao tratamento de doenças raras definidas pelo Ministério da Saúde é clara hipótese de inexigibilidade de licitação.

O Conselho Regional de Educação Física do Maranhão (CREF-MA) realizou licitação para contratar empresa de serviços de tecnologia. Homologado o certame, foi realizado o pagamento da garantia, na modalidade caução em dinheiro, e firmado o contrato administrativo. Após o início regular da prestação dos serviços, a contratada atrasou reiteradamente as entregas, até o ponto de paralisação da execução contratual, causando graves prejuízos aos serviços prestados pelo CREF-MA. A Administração pretendia aplicar sanções à empresa contratada.

Considerando essa situação hipotética, bem como os dispositivos da Lei nº 14.133/2021, julgue os itens a seguir.

- 91** A aplicação de multa por inexecução contratual prescinde de prévia oportunidade de defesa ao contratado.
- 92** É possível a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade em relação à empresa contratada.
- 93** A sanção de advertência poderia ter sido aplicada diante dos primeiros atrasos na prestação do serviço, com fundamento em inexecução parcial.
- 94** A garantia prestada é de proposta e não poderá ser retida para honrar os prejuízos causados ou mesmo para a aplicação da multa.

Considerando as disposições do Código Civil para os negócios jurídicos, julgue os itens a seguir.

- 95** O negócio jurídico nulo é suscetível de confirmação pelas partes e convalesce pelo decurso do tempo.
- 96** Subordinado o negócio jurídico à condição, a impossibilidade do objeto existente ao tempo de sua celebração não o invalida, caso venha a cessar antes de implementada a condição.
- 97** Configura-se lesão quando alguém, premido da necessidade ou por inexperiência, obriga-se a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.
- 98** A anulação por vício do negócio jurídico é exercida por ação constitutiva negativa, sujeitando-se a prazo decadencial de cinco anos.
- 99** Nos contratos onerosos, o alienante responde pela evicção, subsistindo essa garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.

Uma sociedade empresária que executava obra particular em terreno vizinho à sede do Conselho Regional de Educação Física do Maranhão (CREF-MA) provocou, por conduta de seus prepostos, o desabamento de parte do muro e danos à estrutura do imóvel do Conselho. O CREF-MA, por sua procuradoria, ingressou com ação de reparação, obtendo decisão de mérito favorável, embora ainda sujeita a recurso.

Considerando essa situação hipotética e as normas processuais aplicáveis ao caso, julgue os itens a seguir.

- 100** O Conselho pode promover, desde logo, o cumprimento provisório, por sua iniciativa e responsabilidade.
- 101** A satisfação do crédito reconhecido depende da instauração de processo autônomo de execução, com nova citação do devedor para pagar.
- 102** Diante do risco de novos desabamentos, deve ser apresentada nova ação, de natureza cautelar, já que o processo já foi sentenciado.
- 103** Interposto o recurso de apelação pela sociedade empresária, o Conselho terá o prazo de 15 dias úteis para contrarrazoar, podendo, ainda, no mesmo prazo, interpor recurso de apelação quanto ao valor da indenização.

Empregado celetista do Conselho Regional de Educação Física do Maranhão (CREF-MA) ajuizou uma reclamação trabalhista pleiteando horas extras, alegando jornada habitual superior à legal, ocorrida três anos antes. Compareceu à Vara do Trabalho sem advogado, postulando pessoalmente, e, ao final, pretendeu recorrer da sentença que lhe foi parcialmente desfavorável.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 104** A ação foi ajuizada respeitando-se o prazo prescricional trabalhista.
- 105** A hora extra é superior, no mínimo, em 50% à normal.
- 106** Por envolver a autarquia federal no polo passivo, a competência para julgar a reclamação seria da Justiça Federal comum.
- 107** O reclamante pode interpor recurso ordinário, no prazo de oito dias úteis, independentemente de advogado.
- 108** A sentença pode reconhecer horas extras, devendo estabelecer os reflexos das horas extras habituais sobre FGTS, DSR, férias e 13º.

De acordo com a Lei nº 8.429/1992, com as alterações da Lei nº 14.230/2021, julgue os itens a seguir.

- 109** Constituem atos de improbidade administrativa tanto as condutas dolosas quanto as culposas tipificadas em lei.
- 110** O ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário exige conduta dolosa do agente e a efetiva perda patrimonial.
- 111** A legitimidade para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa é exclusiva do Ministério Público.
- 112** A sanção por improbidade administrativa só é aplicável pelo Poder Judiciário em relação a agentes públicos.

Quanto à Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação –, julgue os itens a seguir.

- 113** As informações pessoais relativas à intimidade, à vida privada, à honra e à imagem terão o seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo, pelo prazo máximo de 100 anos a contar de sua produção.
- 114** O prazo máximo de restrição de acesso à informação classificada no grau ultrassecreto é de 15 anos, contado da data de sua produção.
- 115** Negado o acesso à informação, o interessado poderá interpor recurso, no prazo de dez dias, dirigido à autoridade hierarquicamente superior à que exarou a decisão impugnada.

Com base na regulamentação dos procedimentos administrativos para quaisquer solicitações e requerimentos de funcionários do CREF-21, julgue os itens a seguir.

- 116** Nos processos administrativos do CREF-21, é direito do funcionário que os servidores e as autoridades facilitem o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações.
- 117** No que diz respeito ao CREF-21, é dever do funcionário ser assistido por um advogado em processo administrativo.
- 118** Decidido o processo administrativo, o funcionário terá o prazo de dez dias para interpor recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

A respeito da Resolução nº 034/2022 do CREF-21, que dispõe acerca dos procedimentos e dos valores das multas por infração devidas ao Conselho, julgue os itens seguintes.

- 119** Considerada uma infração gravíssima, terá como pena a multa de 100% da anuidade a academia de musculação registrada no CREF-21 que operar, nos horários de funcionamento, sem a presença de profissional de educação física registrado.
- 120** O profissional que atue com carteira de identidade profissional (CIP) vencida receberá multa de 50% da anuidade por conta da gravidade (média) da infração.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

O mandado de segurança, garantia constitucional prevista no art. 5º da Constituição Federal de 1988, é instrumento de proteção de direito líquido e certo contra ato ilegal ou abusivo de autoridade. No exercício de suas atribuições de fiscalização e registro profissional, os conselhos de fiscalização – autarquias federais – praticam atos que, com frequência, são impugnados por essa via.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

O mandado de segurança como instrumento de controle dos atos da Administração Pública

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) natureza e fundamento constitucional;
- b) autoridade coatora, com referência ao dirigente de conselho de fiscalização profissional; e
- c) aspectos gerais do rito judicial.